

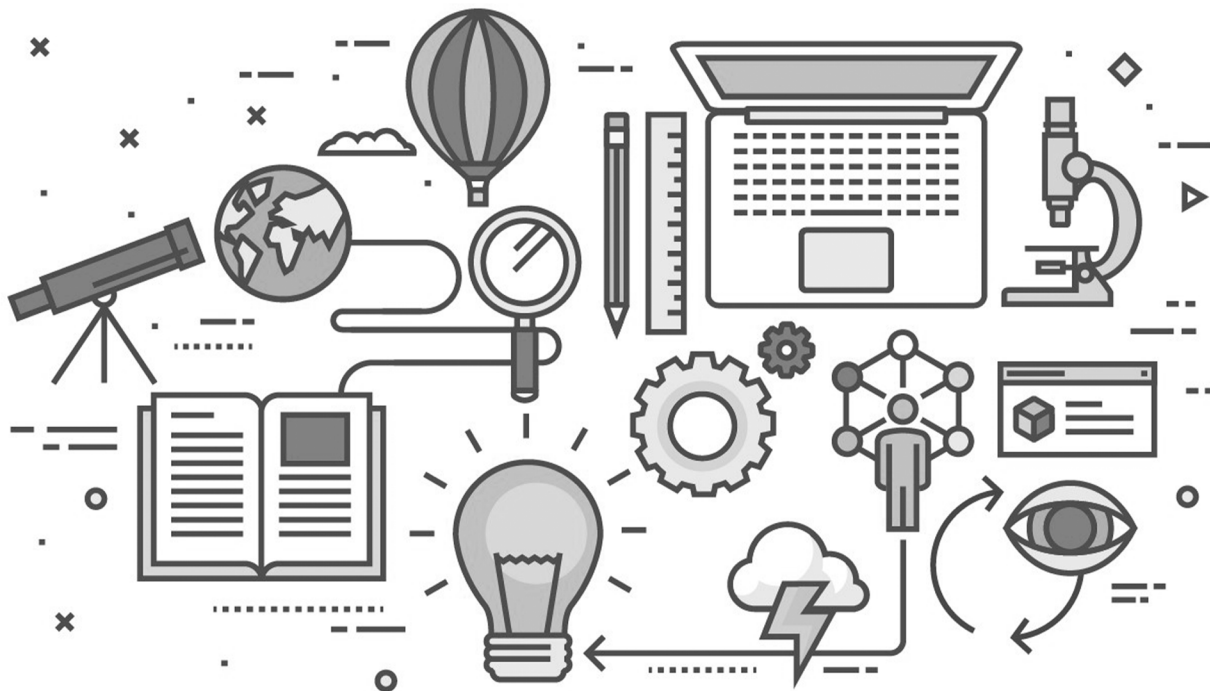


**Elói Martins Senhoras
(Organizador)**

Políticas Públicas na Educação e a Construção do Pacto Social e da Sociabilidade Humana

3

Atena
Editora
Ano 2021



Elói Martins Senhoras
(Organizador)

Políticas Públicas na Educação e a Construção do Pacto Social e da Sociabilidade Humana

3

Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrááo Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Secconal Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Políticas públicas na educação e a construção do pacto social e da
sociabilidade humana

3

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P769 Políticas públicas na educação e a construção do pacto social e da sociabilidade humana 3 / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-725-3

DOI 10.22533/at.ed.253211401

1. Educação. 2. Política pública. 3. Sociabilidade humana. 4. Discente. 5. Docente. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

As Ciências da Educação se tornaram em um proeminente campo científico de estudos com ampla importância acadêmica na área humanística e crescente reverberação social de suas discussões em função dos desdobramentos em um novo paradigma técnico-científico-informacional de uma caracterizada Sociedade da Informação ou do Conhecimento.

Tomando a premissa de se olhar os fatos da realidade concreta para se projetar discussões teóricas, a presente obra indica o uso das Ciências da Educação e de uma abordagem multidisciplinar como estratégia teórico- metodológica funcional para uma imersão profunda na complexa tessitura social, permitindo assim a construção de um rico debate.

Este livro, intitulado “Políticas Públicas na Educação e a Construção do Pacto Social e da Sociabilidade Humana: A Realidade Discente e Docente 3”, apresenta vinte e três capítulos em cujas discussões existe um encadeamento lógico de construção de uma agenda de debates relacionados ao estudante e a mecanismos de sua avaliação, bem como sobre a formação e a prática docente.

À luz de diferentes recortes teórico-metodológicos, as discussões apresentadas nesta obra proporcionam ao leitor a absorção de novas informações e a transdução em novos conhecimentos, por meio da oferta de uma ótica multidisciplinar e multitemática enraizada no plural campo epistemológico das Ciências da Educação.

Fruto de um colaborativo trabalho de 46 pesquisadoras e pesquisadores brasileiros oriundos de todas as macrorregiões brasileiras, bem como estrangeiros do Chile, Espanha e Portugal, esta obra apresenta uma rica contribuição no mapeamento de temas com ampla relevância empírica para compreender os potenciais desafios e oportunidades da realidade de discentes e docentes.

Diante dos resultados apresentados em ricas discussões caracterizadas por um elevado rigor teórico-metodológico e um forte comprometimento com a construção dialógica de novos conhecimentos, o presente livro entrega uma acessível apreensão para um amplo público leigo ou especializado sobre temas relevantes e representativos no estado da arte do campo das Ciências da Educação.

Ótima leitura!

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

A REALIDADE DISCENTE E DOCENTE

CAPÍTULO 1..... 1

AVALIAÇÃO: UM GRANDE DESAFIO PARA O ENSINO APRENDIZAGEM

Yony dos Santos

Helder Ranieri de Castro Leite

Wanderley José de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.2532114011

CAPÍTULO 2..... 9

A MELHORIA DO DESEMPENHO DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO ATRAVÉS DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Carlos Varela Gil

DOI 10.22533/at.ed.2532114012

CAPÍTULO 3..... 15

DIFICULDADE EM TRABALHAR SOBRE SEXUALIDADE COM ADOLESCENTES NAS ESCOLAS: UMA ANÁLISE DAS PESQUISAS DE 2000 A 2017

Maria Cristina Rocha Silva

DOI 10.22533/at.ed.2532114013

CAPÍTULO 4..... 28

POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA EM FOCO: ANÁLISE DE DESEMPENHO ACADÊMICO PÓS-POLÍTICA DE COTAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

Allane de Souza Pedrotti

DOI 10.22533/at.ed.2532114014

CAPÍTULO 5..... 42

COMPETÊNCIAS DE INVESTIGAÇÃO QUE OS ESTUDANTES DE MESTRADO TÊM ANTES DE ENTRAREM

Maria Paz García-Sanz

Begoña Galián

María Luisa Belmonte

DOI 10.22533/at.ed.2532114015

CAPÍTULO 6..... 53

PRÁCTICAS EXTERNAS: UNA VISIÓN DESDE EL TUTOR

Carles Dulsat Ortiz

DOI 10.22533/at.ed.2532114016

CAPÍTULO 7..... 64

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NO CURSO DE PEDAGOGIA – UM CAMPO ABERTO PARA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Claudia Maisa Antunes Lins

DOI 10.22533/at.ed.2532114017

CAPÍTULO 8.....	78
PROBLEMATIZANDO A RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA ENTRE SUPERVISORES DE ESTÁGIO NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL	
Eliane Antônia de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.2532114018	
CAPÍTULO 9.....	88
SUPERVISÃO PEDAGÓGICA NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO INICIAL DE EDUCADORES DE INFÂNCIA: MODELO DE FORMAÇÃO EM ALTERNÂNCIA	
Isabel Maria Tomázio Correia	
Maria Manuela de Sousa Matos	
Sofia Gago da Silva Corrêa Figueira	
DOI 10.22533/at.ed.2532114019	
CAPÍTULO 10.....	101
O DOCENTE E A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA	
Alvino Moraes de Amorim	
Natal dos Santos Soares	
Tiago Bacciotti Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.25321140110	
CAPÍTULO 11.....	116
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	
Jozadake Petry Fausto Vitorino	
DOI 10.22533/at.ed.25321140111	
CAPÍTULO 12.....	128
FORMAÇÃO CONTINUADA PARA DOCENTE DE ENSINO RELIGIOSO: UMA PERSPECTIVA EM CONSTRUÇÃO	
Sônia Maria Dias	
Selma Correia Rosseto	
DOI 10.22533/at.ed.25321140112	
CAPÍTULO 13.....	135
O PROCESSO DE INCLUSÃO NO ENSINO REGULAR E SUAS IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO DOCENTE	
Vitória Eduarda Rocha Simões	
Karina Estefânia Luizeto Alves	
Eromi Izabel Hummel	
DOI 10.22533/at.ed.25321140113	
CAPÍTULO 14.....	146
FORMAÇÃO DOCENTE & EDUCAÇÃO INFANTIL QUILOMBOLA: SABERES E FAZERES NECESSÁRIOS PARA ATUAÇÃO COM CRIANÇAS PEQUENAS	
Nelcir Francisca da Silva	
José Carlos de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.25321140114	

CAPÍTULO 15	159
FORMAÇÃO DE ARTE/EDUCADORES NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS	
Suzana Alves dos Santos Melo	
Maria Alice Melo	
DOI 10.22533/at.ed.25321140115	
CAPÍTULO 16	167
MODIFICAÇÃO DO <i>LOCUS</i> DE FORMAÇÃO DOCENTE EM ARTES VISUAIS NO BRASIL: DO PRESENCIAL PARA O EAD	
Valéria Meroski de Alvarenga	
DOI 10.22533/at.ed.25321140116	
CAPÍTULO 17	177
FORMAÇÃO DE LEITORES: O PERFIL LEITOR DE ALUNOS DO INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO - CAMPUS CUIABÁ	
Fernanda Barbosa Duarte de Souza	
Mariana Carolina Oliveira Carneiro	
Jamilly Mendonça dos Santos	
Anny Vitoria Carvalho da Silva	
Claudia Lucia Landgraf Valerio	
DOI 10.22533/at.ed.25321140117	
CAPÍTULO 18	185
FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO INTERIOR DA CADEIA, UMA EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDAD CATÓLICA DE LA SANTÍSSIMA CONCEPCIÓN, NO SUL DO CHILE	
Raúl Patricio Escobar Maturana	
Mauricio Alarcón Álvarez	
DOI 10.22533/at.ed.25321140118	
CAPÍTULO 19	190
<i>GLOBAL SCHOOLS</i> : A FORMAÇÃO DE DOCENTES COMO CHAVE PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	
La Salete Coelho	
Luísa Neves	
DOI 10.22533/at.ed.25321140119	
CAPÍTULO 20	204
O PLANO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DO DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: A ESPECIFICIDADE DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA – PR	
Claudinéia Maria Vischi Avanzini	
Adriana de Oliveira Chaves Palmieri	
Eliane Terezinha Buwai Krupa	
Danuse de Porciúncula Araújo	
Elisa Daniele de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.25321140120	

CAPÍTULO 21	214
A PRÁXIS DOCENTE NOS PROCESSOS FORMATIVOS EMANCIPATÓRIOS: ATO REGULATÓRIO E ATORES CURRICULANTES Yara Pires Gonçalves DOI 10.22533/at.ed.25321140121	
CAPÍTULO 22	223
PRÁTICAS EDUCATIVAS TRADUTORAS DE UM ENVOLVIMENTO FORTE DOS ALUNOS NA APRENDIZAGEM Virgilio Gomes Correia DOI 10.22533/at.ed.25321140122	
CAPÍTULO 23	234
O TRABALHO DO PEDAGOGO NA ESCOLA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ DIANTE DA NOVA RACIONALIDADE TÉCNICA: POSSIBILIDADES E LIMITES Clarice Schneider Linhares Laurete Maria Ruaro DOI 10.22533/at.ed.25321140123	
SOBRE O ORGANIZADOR	245
ÍNDICE REMISSIVO	246

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Data de aceite: 04/01/2021

Data de submissão: 03/10/2020

Jozadake Petry Fausto Vitorino

Pós-graduanda em Saúde Pública pela
Universidade EducaMais
São Paulo

<http://lattes.cnpq.br/3339996527225371>

RESUMO: O presente artigo-pesquisa trata de procedimentos metodológicos que estão pautados em estudos qualitativos e de aporte bibliográfico, cujo objetivo foi o de conhecer os pressupostos da educação continuada do trabalho docente na esfera municipal e estadual, como meio de atualização ao longo de suas carreiras. Assim, este trabalho será apresentado em três subseções: 1. Valorização dos profissionais da Educação é princípio constitucional; 2. A importância da política educacional e de investimentos do Estado na formação continuada dos docentes da rede pública; 3. Formação inicial e continuada como valorização dos profissionais da Educação. Os resultados evidenciaram o papel do Estado, da escola e do Município na importância da formação inicial e continuada, não só dos profissionais da área da Educação que são recém- formados, mas principalmente, daqueles que desempenham sua função há mais tempo, como Educador nas redes públicas de ensino, cabendo-lhes a função de proporcionar aos seus alunos um “olhar crítico” da realidade que os cerca, e uma abordagem mais íntima da realidade educacional, bem como a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Política Educacional. Educação Continuada. Professor de Escola Pública. Escola Municipal e Estadual.

THE IMPORTANCE OF CONTINUING EDUCATION FOR EDUCATION PROFESSIONALS

ABSTRACT: This research article deals with methodological procedures that are based on qualitative studies and bibliographic support, whose objective was to know the assumptions of continuing education in teaching work at the municipal and state levels, as a means of updating throughout their careers. Thus, this work will be presented in three subsections: 1. Valuing Education professionals is a constitutional principle; 2. The importance of the State's educational and investment policy in the continuing education of public school teachers; 3. Initial and continuing training as an enhancement of Education professionals. The results showed the role of the State, the school and the Municipality in the importance of initial and continuing education, not only for professionals in the field of Education who are recent graduates, but mainly for those who have been in their role for a longer time, as an Educator in public education networks, with the function of providing their students with a “critical look” at the reality that surrounds them, and a more intimate approach to the educational reality, as well as improving the quality of the teaching-learning process.

KEYWORDS: Educational politics. Continuing Education. Public School Teacher. Municipal and State School.

1 | INTRODUÇÃO

Sabe-se que não existe, tampouco se pode falar em Padrão Nacional de Aprendizagem de Qualidade para a Educação sem que ocorra a valorização e a profissionalização dos profissionais dessa área. Então, para que os serviços ofertados por esses profissionais a toda a sociedade civil sejam de qualidade, independentemente da região ou do país onde vive, é fundamental que no Brasil o plano de carreira, a formação continuada e a assessoria pedagógica caminhem juntas, e com um olhar voltado para a perspectiva do processo educativo, tratando a Educação, a prática pedagógica e o conhecimento, visando aos desafios impostos no dia a dia do contexto escolar dos professores/as.

Quanto à formação teórico-prático-reflexiva, é mister que ela estimule e ofereça aos profissionais da Educação os meios de atualização, para assim construir um pensamento autônomo com vistas a facilitar as “dinâmicas de autoformação participada”, respeitando a cultura, a linguagem e o contexto dos profissionais. Em vista disso, professores motivados atuam mais felizes, tanto no âmbito escolar, quanto em outros espaços, tais como: Conselhos de “Controle Social” e “Órgãos de Gestão”.

No que concerne à remuneração dos docentes da Educação, o Plano Nacional prevê em seu artigo 206 da Constituição Federal de 1988, que: o ingresso dos profissionais da Educação é através de Concurso Público e provas de títulos. Por outro lado, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB – Lei 11.738/2008, estabeleceu piso salarial a todos os profissionais da Educação em âmbito nacional, e a Lei 13.005/2010 (Lei do PNE), estabeleceu metas para “valorizar os (as) profissionais do Magistério das Redes Públicas de Educação Básica” (BRASIL, 2014).

Em se tratando de educação continuada, devido à sua importância, é preciso dizer que este tema é de constante debate pela comunidade científica e acadêmica, e que seus avanços são de interesse de toda a sociedade; no entanto, muitas vezes, é negligenciada por falta de investimentos necessários que coloquem a Educação, de fato, como investimento para um futuro promissor, e que leve o Brasil ao tão desejado polo do desenvolvimento humano, social e econômico.

Desta forma, Paulo Freire (1996), aponta que “a atividade docente não se separa da atividade discente, pois é uma experiência alegre por natureza. A alegria não chega apenas no encontro do achado, faz parte do processo de busca”.

O equilíbrio das carreiras colaboram para a contratação de bons docentes e para a valorização da profissão. Além disso, os benefícios dessa boa Educação favorecem a comunidade como um todo. Atualmente, cada docente da Educação se vincula a uma estrutura diferenciada de trabalho, a depender da autonomia da instituição que o contratou, as situações são as mais diversas, e apresentam planos de carreira com diferentes estruturas de execução.

Logo, com o auxílio das políticas educacionais destinadas à educação continuada,

os professores podem melhorar ainda mais as aulas ministradas nas escolas, seja em nível de primeiro seja em nível de segundo grau.

Mas, para que isso aconteça, é preciso estar ciente de que tanto a formação inicial quanto a formação continuada, “devem propor valores específicos para a obtenção de uma verdadeira formação crítico-reflexiva que é revertida em ações críticas e reflexivas” (PERES, *et al.*, 2013, p. 292).

A formação continuada ou a busca pela atualização permanente é mais uma chave para o sucesso da atuação do docente da Educação, pois é perceptível que nenhum curso pode ser considerado concluído sem que a busca do aprimoramento se mantenha ativa. Nesse sentido, concorda-se com Menezes (1996, p. 285) quando diz: “sendo o conhecimento o que mais inova a realidade, é também aquilo que mais depressa envelhece”. Portanto, requer de tais profissionais comprometimento, disposição, capacitação, e assim, melhor poder atender aos seus alunos e, conseqüentemente, à sociedade como um todo. Deste modo, para se aperfeiçoarem, necessitam de tempo disponível, o que muitas vezes não é possível em virtude da extensa carga horária de trabalho.

Destarte, entender a natureza da escola e da atividade do professor que atua no âmbito escolar implica alinhar o processo de aprendizagem do aluno à formação continuada de seus professores. Nessa perspectiva, para Lima, é preciso que a formação continuada alcance “a serviço da reflexão e da produção de um conhecimento sistematizado, a fundamentação teórica necessária para a articulação com a prática criativa do professor em relação ao aluno, à escola e à sociedade” (LIMA, 2001, p. 32).

Diante disso, no presente estudo, os procedimentos metodológicos foram pautados em estudos qualitativos e de aporte bibliográfico, cujo objetivo foi o de conhecer os pressupostos da educação continuada do trabalho docente, em escolas municipais e estaduais, como meio de atualização ao longo de suas carreiras.

2 | VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO É PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL

Não é possível prever uma Educação de qualidade sem que haja a valorização dos profissionais da Educação, seja por meio do piso salarial reajustado e condizente com a sua atividade, seja pela educação continuada. Além disso, a valorização deve estar pautada nas diretrizes de ensino e pesquisa, e no respeito aos direitos dos estudantes na qual a Escola Municipal/Estadual está inserida.

Faz-se necessário o entendimento que o professor não é apenas um transmissor de conteúdo, mas um formador e facilitador de opiniões “críticas” que se materializam na prática da realidade que os cerca, e nos reflexos para o mundo do trabalho, fato esse que dignifica a profissão de professor. Segundo Soares e Pinto (2001, p. 7), o professor tem a árdua tarefa de ser o “incentivador, o facilitador, o mediador das ideias apresentadas pelos

alunos, de modo que estas sejam produtivas, levando os alunos a pensarem e a gerarem seus próprios conhecimentos”.

Assim, da mesma maneira que o professor precisa desenvolver o seu papel de Educador, cabe à Escola atender as reais necessidades dos alunos. Para Silva (sd. p. 3), “a função da escola não é apenas ensinar, mas levar seus alunos ao reino da contemplação do saber”. E continua,

A escola deve encarar as seguintes demandas sociais: aprimorar o aluno como pessoa; ser uma escola democrática; preparar o aluno para o exercício da cidadania; qualificar o aluno para progredir no mundo do trabalho; a articulação da escola com a família; solidariedade humana; respeitar as diferenças, tolerância recíproca e zelar pela aprendizagem do aluno (SILVA, s.d. p.3).

Ressalta-se, assim, a importância do papel da família e da escola na vida de seus alunos, pois a família, a escola, e os atores sociais que nela atuam devem estar atualizados em seus conteúdos, a fim de proporcionar o pleno exercício da sua função de cidadania, com o intuito de melhor atender a sua comunidade e a sociedade em geral.

Desta feita, necessário se faz também, ressaltar os significativos avanços sociais promulgados na Constituição Federal de 1988, os quais são resultado de movimentos sociais e sindicais e de muita luta da classe trabalhadora, de professores/as da rede de ensino e da sociedade em geral na busca e nas garantias de seus direitos. Sobre o tema, a CF/88 prevê:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade (BRASIL, 1988).

Assim sendo, como consequência, a valorização dos profissionais da Educação é um dos princípios que conduzem a educação nacional e, portanto, deve-se consolidar mediante os planos de carreira para os profissionais que atuam na Educação Pública, garantindo-lhes o pagamento do piso salarial profissional (reajustado de acordo a sua função e a legislação), resguardando a eles o direito à continuidade de seus estudos. O artigo 67 da Lei 9.394/1996 – LDB, assegura que, “Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público”:

I – ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento

periódico remunerado para esse fim; III – piso salarial profissional; IV – progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho; V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho; VI – condições adequadas de trabalho (BRASIL, 1996).

Por conseguinte, o cargo e a estrutura do plano de carreira¹ dos profissionais da Educação não devem ser pautados exclusivamente em um viés funcional, técnico, corporativo, mas sim em uma Educação Pública de Qualidade, voltada para o ensino “livre” do pensamento “crítico da realidade que os cerca”.

Artigo 6º: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar ou adequar seus Planos de Carreira e Remuneração do Magistério até 31 de dezembro de 2009, tendo em vista o cumprimento do piso salarial profissional nacional para **os profissionais do magistério público da educação básica** (grifo meu), conforme disposto no parágrafo único do art. 206 da Constituição Federal (BRASIL, 2008).

Para definir a nomenclatura “Profissionais do Magistério Público da Educação Básica”, o artigo 2º da Lei nº 11.738/2008 estabelece que:

§ 2º Por profissionais do magistério público da educação básica entendem-se aqueles que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, em suas diversas etapas e modalidades, com a formação mínima determinada pela Legislação Federal de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 2008).

Entretanto, a construção do processo emancipatório, do professor em conjunto com o aluno, implica não somente a capacidade de transmitir o conhecimento, mas também fazer com que os seus alunos desenvolvam a capacidade de

[...] alcançar a necessária consciência crítica para compreender sua situação histórica, e a partir daí, elaborar o confronto dialético com os obstáculos, em especial com a exclusão, rumo a uma sociedade de sujeitos, orientada por um projeto de bem-comum (MENEZES, 1996, p. 271).

É na sala de aula que o professor aplica o seu papel excepcional e insubstituível, todavia, necessário se faz reconhecer que a Educação só se materializa quando existe a troca, seja individual ou coletiva, e que nos demais espaços da escola ocorrem todos os dias momentos de interação entre os funcionários da Educação e seus estudantes. Vale destacar que essas trocas contribuem para o processo de formação e para o ensino-aprendizagem. Conclui-se, então, que **todos os espaços da escola são importantes** para o aprimoramento da identidade dos profissionais e de seus estudantes, *todos sem exceção, quando juntos, aprimoram-se.*

¹ É importante ressaltar que a designação “cargo” diz respeito a uma atividade remunerada que desempenha um conjunto de responsabilidades e atribuições específicas da profissão do professor. (Grifo meu).

No que tange à remuneração dos profissionais da Educação, o artigo 40 da Lei 11.494/07 – declara que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), estabelece que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão implantar Planos de Carreira e de remuneração dos profissionais da Educação Básica, de modo a assegurar:

I - a remuneração condigna dos profissionais na educação básica da rede pública; II - integração entre o trabalho individual e a proposta pedagógica da escola; III - a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem. Parágrafo único. **Os Planos de Carreira deverão contemplar capacitação profissional especialmente voltada à formação continuada com vistas na melhoria da qualidade do ensino** (BRASIL, 2007). (Grifo meu).

Já, a Lei nº 13.005 de 2014 – aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, e dá outras providências a partir de METAS.

Meta 17: valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE. Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal. Meta 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio (BRASIL, 2014).

Como se pode verificar, os acordos assumidos a partir da Lei 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, estabelecem a garantia de remuneração média ao Magistério e das categorias de áreas afins.

3 | A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA EDUCACIONAL E DE INVESTIMENTOS DO ESTADO NA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS DOCENTES DA REDE PÚBLICA

A política educacional é um meio de construção de conhecimentos e valores que viabilizam o pleno desenvolvimento do docente, incluindo sua capacidade de expressão, sua compreensão do mundo que o cerca, servindo de base para ideias críticas da realidade cotidiana, e assim, poder exercer com afinco o exercício de cidadania.

A Sociedade Civil e o Governo do Estado, ao elaborar diferentes modelos educacionais, criam também políticas públicas que possibilitam a sociedade estar apta para o mercado de trabalho, a fim de não só questionar, mas de contribuir com o crescimento da Nação, e é por isso que a política educacional é tão importante. Mas, não se pode

esquecer de que diante do mundo globalizado é deveras significativo que o país viabilize o acesso à educação de qualidade a todos os brasileiros, além de inovar na formulação de políticas educacionais com vistas à informatização, com o auxílio de instrumentos capazes de promover efetivamente a inclusão social qualitativa e *in loco*.

Com relação ao piso salarial dos professores do magistério público, a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, estabelece que o reajuste dos profissionais é atualizado a cada ano, no mês de janeiro. Esta regra entrou em vigor em 2009.

Nesse sentido, traz-se o artigo 2º que aduz:

Art 2º O piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica será de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) mensais, para a formação em nível médio, na modalidade Normal, prevista no art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (BRASIL, 2008).

Em 2020, o piso salarial dos profissionais da Educação da rede pública em início de carreira, teve um reajuste de (12,84%), passando de (R\$ 2.557,74 para R\$ 2.886,24), mas mesmo com esse reajuste, constata-se o pouco acréscimo no salário dos professores, e assim, com um piso salarial tão baixo, diminui ainda mais o interesse dos docentes em continuar se mantendo atualizado, pois muitos desses profissionais necessitam trabalhar em suas horas vagas, ministrando aulas particulares ou até mesmo assumindo outros ofícios para complementar a renda com o objetivo de cumprir seus compromissos, tentando proporcionar a si e aos seus, melhor condição financeira.

Ainda sobre o assunto, verifica-se que estes profissionais estão sobrecarregados com cargas horárias extensas de trabalho, motivo pelo qual se sentem extenuados e sem disponibilidade de tempo para se aperfeiçoarem. Com isso, os discentes não recebem conteúdo de excelência; melhor dizendo, perdem os alunos pois não adquirem conhecimento, e perde o País, pela total falta de credibilidade no segmento Educação.

Nesse liame, o artigo 4º da Lei nº 11.738, de julho de 2008 estabelece o limite da jornada de trabalho dos professores da Rede Pública: “§ 4º Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos” (BRASIL, 2008).

Porém, em algumas Instituições de Ensino, esse limite nem sempre é respeitado, já que o quadro de profissionais é reduzido e a demanda é muito grande, e por isso os docentes precisam se desdobrar em uma via de mão dupla para atender os seus educandos.

Já, o artigo 62-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, diz que: “A formação dos profissionais a qual se refere o inciso III do art. 61, far-se-á por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico, em nível médio ou superior, incluindo habilitações tecnológicas”. Mas, ressalta-se que, infelizmente, nem sempre é possível, pois para que aconteça a capacitação é necessário disponibilidade de horário.

41 FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA COMO VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Nota-se que a formação inicial do professor não contempla todos os conteúdos necessários para que ocorra uma atuação didática-eficiente dentro da sala de aula, pois o mundo globalizado nos apresenta diariamente situações e conteúdos novos, daí a importância da capacitação constante para que o professor se atualize, não somente para ensinar, mas também para promover, em conjunto com os seus educandos, o conhecimento de qualidade com o fito de almejar ao mercado de trabalho. De forma efetiva, a formação inicial e/ou continuada de professores da educação básica, deve ser

voltada para a atualização, expansão, sistematização e aprofundamento dos conhecimentos, na perspectiva do aperfeiçoamento profissional que, de forma contínua, deve ser promovida pelos Estados, Distrito Federal e Municípios programas com esse objetivo, assegurados nos respectivos Planos de Carreira e Remuneração do Magistério (BRASIL/FUNDEB, 2008, p. 22).

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB - tem realizado um trabalho social transparente, cujo intuito é de diminuir as desigualdades na área da Educação no Brasil, todavia, mesmo com todos os esforços que foram dedicados até o momento, o FUNDEB ainda não conseguiu contemplar todas as escolas dos municípios, tendo em vista a falta de recursos destinados à formação continuada.

Como se pode perceber, apesar do compromisso constitucional do Estado em disponibilizar recursos para que a Educação no Brasil atinja a qualidade necessária ao pleno desenvolvimento da pessoa humana e, conseqüentemente, do país, tal determinação nem sempre é atendida, é o que nos assegura Delors, quando afirma que:

A qualidade de ensino é determinada tanto ou mais pela formação contínua dos professores, do que pela sua formação inicial. A formação contínua não deve desenrolar-se, necessariamente, apenas no quadro do sistema educativo: um período de trabalho ou de estudo no setor econômico pode também ser proveitoso para aproximação do saber e do saber-fazer (DELORS, 2003, p. 160).

Por conseqüência, a formação continuada do professor deve estar elencada no profissional que se renova, que conduz o seu aprender para melhor agir, pois quando se tem conhecimento acumulado as reflexões e explicações tornam-se mais espontâneas. Logo, é este contexto de interesse e dedicação que prepara

[...] o homem para a vida social, para o exercício do trabalho e para a cultura da consciência político-social, sem que este seja dominado e submetido à opressão característica da sociedade dividida em classes (BRZEZINSKI, 1995, p. 48).

Dessa forma, cada escola elege os temas mais significativos a serem trabalhados na educação continuada, entretanto, é fundamental que a escola dê prioridade ao estudo do

currículo em rede e aos projetos político-pedagógicos. De fato, os docentes e os gestores escolares devem estar envolvidos de alguma forma na elaboração e execução desses importantes documentos, porém, a esses estudos detalhados precisam ser contínuos, com o propósito de obterem impactos positivos durante a sua aplicabilidade.

Além disto, é preciso considerar as reflexões sobre a didática aplicada dentro da sala de aula, as quais devem estar adequadas ao desenvolvimento do conhecimento, das habilidades e das competências voltadas para trabalhar com as crianças e com os adolescentes². Em vista disso, cabe ao professor estudar, avaliar e escolher a melhor atividade para organizar e harmonizar a turma, e assim executar a prática avaliativa.

Para isso, é inquestionável que os encontros de formação continuada se tornam ricos por se tratar de momentos que possibilitam os docentes traçar parâmetros entre teoria e prática, até porque ambos compartilham as suas experiências, e a partir dessas trocas, **são criadas organizações de trabalho**. Esse é um dos pontos-chave da importância da

Formação continuada como parte integrante do trabalho docente O homem, ao longo da vida, apropria-se da cultura acumulada pelas gerações anteriores, ao mesmo tempo em que cria objetivações correspondentes às suas ideias e aos desafios de seu tempo. Sendo assim, a educação é um processo fundamental, pois é por meio dela que tal apropriação ocorre e que o indivíduo adquire instrumentos para criar essas objetivações. A apropriação do conhecimento socialmente construído se efetiva na interação entre membros da cultura no interior de práticas sociais. Em nossa sociedade, essa apropriação se dá nas esferas do cotidiano e em instituições criadas para esse fim, como a escola. A função da escola é transmitir democraticamente a cultura construída ao longo do tempo, instrumentalizando o aluno para perceber criticamente a realidade social e comprometer-se com a sua transformação. Ao professor cabe a função social de fazer a mediação entre o que o aluno aprende espontaneamente na vida cotidiana e a formação do aluno no que não é reiterativo na vida social, garantindo a apropriação de instrumentos culturais básicos que permitam elaboração de entendimento da realidade social e promoção do desenvolvimento individual. Assim, a atividade pedagógica do professor é um conjunto de ações intencionais, conscientes, dirigidas para um fim específico (ALTENFELDER, 2005, p. 8).

Conforme algumas bibliografias consultadas nesta pesquisa, a educação continuada pode acontecer em três etapas, sendo que:

Na primeira etapa, faz-se importante diagnosticar, planejar e acompanhar, isto é, estudar os indicadores sociais para situar o que realmente precisa de mais atenção para ser trabalhado em salas de aula com seus educandos. Esses dados são disponibilizados para os professores a fim de que eles possam não só analisar, mas também tomar decisões importantes em suas práticas.

Sobre a segunda etapa, é preciso que os professores dialoguem com os diretores, com os coordenadores pedagógicos e com seus colegas de escola, a fim de debater os

² Segundo o ECA (BRASIL, 1990) crianças possuem idade até 12 anos incompletos, e adolescentes, de 12 anos a 18 anos incompletos.

temas pontuais para o momento. Além disso, é fundamental novas formas e condições de trabalho, e para isso, o professor necessita ser criativo para que as necessidades reais dos alunos, tanto no individual, como no coletivo, sejam sanadas. Em seguida, é indispensável planejar. Para tanto, a Secretaria de Educação terá que desenvolver um calendário, em conjunto com as demais escolas do município, com o objetivo de indicar os eixos temáticos que serão trabalhados nos encontros da educação continuada. Assim sendo, para que haja sucesso nos encontros, essas providências e temas necessitam de ajustes, e isso deverá ser feito bem antes de os encontros acontecerem.

Por derradeiro, tem-se a terceira etapa, e um ponto importante na capacitação continuada seria entrar em contato com os municípios vizinhos para formar novos grupos e debater assuntos em comum, dentre eles, discutir como o governo do Estado está cooperando com “recursos técnicos” na formação dos seus profissionais. As Secretarias de Educação precisam garantir que o cronograma dos cursos seja cumprido à risca, só assim o evento obterá os resultados esperados.

Necessário também, que os profissionais da Educação se auto-avaliem e a seguir, avaliem em conjunto se a capacitação está de fato produzindo impactos positivos no processo de ensino-aprendizagem de seus educandos, e ainda, se está contribuindo na organização do trabalho.

Por fim, é mister afirmar que a qualificação ao longo da carreira dos profissionais da área da Educação é um dos fatores que mais têm influência positiva na ampla aprendizagem dos alunos, principalmente daqueles que por algum motivo se encontram com mais dificuldades. Professores atualizados não só contribuem com a escola e com as demais instituições afins, contribuem também com a organização das famílias de seus educandos, e da comunidade em geral.

5 | CONCLUSÃO

O profissional da Educação não é um mero transmissor de conteúdos, é também um facilitador na busca de grandes conhecimentos e, por esse motivo, deve estar sempre atualizado didaticamente e capacitado para criar estratégias de trabalho, a fim de adaptar-se com mais facilidade às mudanças exigidas no contexto em que está inserido. Por conseguinte, todas essas ações o ajudarão a desenvolver atividades pedagógicas com subsídios que possibilitem contornar as dificuldades que surgem na prática do dia a dia.

Dito isto, é necessário que o Estado invista em projetos que visem à melhoria dos conhecimentos de seus docentes, seja para os profissionais que estão iniciando essa nova etapa, seja para aqueles que já se encontram à frente do ensino há mais tempo. Desta maneira, oferecer para a categoria possibilidades de realizar as suas atividades de forma que contribuam para o processo ensino-aprendizagem, pois segundo estudos, a formação continuada atende aos interesses mercadológicos, já que nela, o professor prepara o aluno

para o mundo fora da sala de aula, – o mercado de trabalho –, favorecendo desta maneira, o desenvolvimentismo.

Por outro lado, a valorização profissional é tão importante quanto a garantia do ensino público de qualidade, por isso deve estar fundamentada em uma gestão democrática, pluralista, inclusiva, que assegure a permanência de professores/as remunerados e atualizados para que todos os alunos se mantenham em sala de aula.

Outrossim, a educação continuada deve acontecer de forma interdisciplinar, pois ainda que os professores trabalhem com disciplinas isoladas, o conjunto de disciplinas está interligado.

Entretanto, é preciso assegurar investimentos destinados a viabilizar ações e políticas educacionais, e que estas sejam efetivamente implementadas nas escolas mediante o firme propósito da melhoria da qualidade do conhecimento em escolas públicas, e que este conhecimento possa levar seus discentes a disputar vagas em igualdade de condições com outros discentes de escolas particulares de ensino, em instituições públicas de Ensino Superior.

Por todo o exposto, é imperioso afirmar que, por mais que os profissionais da Educação obtenham os títulos de Pós-Graduação, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado, isso não pode representar apenas um incentivo, há que se ter o reconhecimento do árduo trabalho que a categoria desempenha. Afinal, educadores atualizados asseguram melhoria na Educação brasileira, e assim acrescentam qualidade de vida a todos a quem ela atende, por ser capaz de provocar a transformação no contexto escolar e comunitário dos discentes.

REFERÊNCIAS

ALTENFELDER, Anna Helena. Desafios e tendências em formação continuada. **Construção psicopedagógica**, São Paulo, v. 13, n. 10, 2005. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542005000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 set. 2020.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Legislação. Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 de set. 2020.

BRASIL. FUNDEB. **Manual**. 2008. Disponível em: https://www.fnede.gov.br/fndelegis/action/ActionDatalegis.php?cod_menu=688&cod_modulo=11&acao=abrirTreeview. Acesso em: 28 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990**. “ECA”. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 16 jul. 1990.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 27 de set. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.494, de julho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11494.htm. Acesso em 03 de outubro. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.738 de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Diário Oficial da União. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 16 jul. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11738.htm. Acesso em: 27 de set. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de julho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República, 26 de jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/13005.htm. Acesso em: 26 de set. 2020.

BRZEZINSKI, Iria. Notas sobre currículo na formação de professores: teoria e prática. **Estudos**, v. 22, n. 1/2, Goiânia, UCG, jan./jun. 1995, p. 47-58.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. 8. ed. - São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC; UNESCO, 2003.

FREIRE, P. **A Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: “Paz e Terra”, 1996.

LIMA, Maria Socorro Lucena. **A formação contínua do professor nos caminhos e descaminhos do desenvolvimento profissional**. (Tese de Doutorado) São Paulo: Faculdade de Educação, USP, 2001.

MENEZES, Luís Carlos de (Org.). **Professores: formação e profissão**. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: NUPES, 1996. (Coleção de Professores).

PERES, M. R; Et All. **A formação docente e os desafios da prática reflexiva**. Educação, v. 38, n. 2, maio/agosto. 2013. Disponível em: . Acesso em: 04 de jan. 2017.

SILVA, L. M. R. **Participação da família e da comunidade no contexto escolar**. Tocantins, TO. (s.d.). Disponível em: http://moodle3.mec.gov.br/uftt/file.php/1/moddata/data/850/1115/2152/LICIONINATCC_FINAL.Docx. Acesso em: 28 set. de 2020.

SOARES, M. T. C., PINTO, N. B. **Metodologia da resolução de problemas**. In: 24ª Reunião ANPEd, 2001, Caxambu. 2001. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/24/tp1.htm#gt19>. Acesso em: 28 de set. 2020.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aluno 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 22, 26, 28, 30, 33, 39, 40, 79, 80, 81, 85, 86, 95, 105, 112, 118, 119, 120, 124, 125, 130, 133, 137, 138, 141, 142, 144, 155, 207, 219, 236, 237, 240

Aprendizagem 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 15, 18, 22, 24, 25, 26, 27, 33, 39, 71, 74, 75, 85, 89, 93, 95, 96, 99, 104, 105, 110, 112, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 125, 129, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 149, 150, 154, 158, 193, 199, 200, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 220, 221, 223, 225, 227, 229, 237, 239, 240, 241

Arte 27, 70, 76, 119, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 174, 175, 212

Artes visuais 161, 162, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176

Avaliação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 38, 39, 81, 90, 93, 94, 95, 97, 98, 109, 120, 129, 130, 132, 135, 137, 139, 140, 141, 144, 207, 210, 212, 236, 245

B

Brasil 17, 19, 22, 23, 26, 27, 29, 30, 31, 41, 66, 68, 70, 76, 79, 87, 103, 106, 107, 110, 113, 114, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 134, 137, 138, 144, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 157, 159, 160, 161, 162, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 184, 206, 207, 208, 210, 212, 215, 217, 218, 221, 233, 235

C

Chile 185, 186, 187, 188, 189

Cidadania 4, 64, 103, 119, 121, 138, 147, 152, 155, 178, 179, 183, 190, 191, 192, 193, 201, 203, 209, 237, 240, 245

Clínica 78, 80, 83, 84, 86

Competência 3, 37, 39, 130, 243

Comunidade 28, 29, 35, 39, 70, 72, 76, 77, 89, 103, 104, 107, 113, 117, 119, 125, 127, 133, 139, 147, 148, 151, 153, 156, 162, 179, 183, 191, 192, 197, 199, 201, 207, 209, 237, 244

Conhecimento 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 15, 17, 19, 21, 22, 23, 25, 64, 69, 72, 73, 94, 96, 99, 102, 105, 110, 117, 118, 120, 122, 123, 124, 126, 128, 131, 133, 140, 141, 148, 150, 154, 155, 156, 162, 163, 169, 170, 179, 180, 191, 192, 197, 199, 206, 207, 208, 211, 216, 217, 218, 219, 220, 238, 239

Cotas 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 39, 40

Currículo 33, 64, 65, 72, 76, 77, 104, 124, 127, 129, 132, 133, 139, 157, 160, 162, 164, 165, 192, 197, 199, 200, 207, 210, 215, 216, 221, 222, 237, 239, 244

D

Desempenho 4, 5, 9, 28, 29, 33, 38, 39, 40, 89, 95, 98, 110, 120, 122, 207, 215, 232, 234,

Disciplinas 15, 22, 25, 33, 36, 51, 53, 85, 102, 126, 161, 163, 164, 174, 218, 219

Docente 8, 18, 25, 39, 43, 44, 51, 55, 64, 70, 92, 93, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 121, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 139, 144, 146, 151, 153, 154, 156, 163, 167, 168, 169, 170, 173, 174, 175, 186, 189, 202, 204, 205, 208, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 228, 239, 240

E

EAD 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175

Educação 5, 6, 7, 8, 19, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 32, 41, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 75, 76, 79, 88, 90, 91, 92, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 175, 176, 177, 178, 179, 183, 190, 191, 192, 193, 197, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 245

Educação continuada 109, 116, 117, 118, 123, 124, 125, 126, 158

Educadores 22, 23, 24, 26, 69, 76, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 97, 99, 103, 126, 146, 147, 155, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 180, 206, 240

Ensino 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 18, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 41, 64, 67, 75, 85, 86, 90, 91, 93, 94, 97, 98, 99, 101, 104, 105, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 144, 146, 147, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 173, 175, 176, 177, 180, 192, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 215, 218, 219, 220, 221, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 237, 239, 241, 243

Ensino fundamental 31, 32, 33, 35, 36, 64, 135, 137, 151, 156, 162, 163, 164, 204, 205, 208, 209, 210, 211, 212

Ensino regular 135, 137, 138, 139, 140

Ensino religioso 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 212

Escola 6, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 31, 32, 38, 39, 40, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 100, 102, 104, 110, 111, 116, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 130, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 147, 148, 149, 154, 155, 158, 160, 161, 162, 176, 179, 180, 182, 183, 190, 194, 197, 202, 207, 208, 209, 210, 213, 223, 227, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 243, 244, 245

Escolarização 153, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 230

Estágio 53, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 78, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90,

91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 108, 136, 217, 218, 219, 220

Estudante 9, 69, 70, 71, 74, 90, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 207, 237

F

Família 18, 21, 26, 79, 82, 83, 119, 127, 138, 148, 153, 180, 182, 183, 210, 227, 233

Formação 2, 4, 5, 15, 16, 19, 21, 22, 23, 25, 26, 28, 29, 30, 41, 53, 64, 67, 75, 78, 79, 80, 82, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 144, 146, 147, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 185, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 202, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 228, 229, 230, 238, 239, 241, 242, 243, 244

Formação inicial 88, 89, 90, 91, 93, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 118, 123, 146, 147, 153, 154, 155, 169, 175, 192, 210, 215, 221, 239

G

Gênero 16, 17, 22, 24, 26, 78, 180, 181, 182, 183, 213

Global 46, 64, 89, 109, 135, 184, 190, 191, 192, 193, 195, 197, 202, 203

I

Inclusão 1, 122, 135, 136, 137, 140, 143, 144, 150, 151, 160, 192, 215

Infância 15, 20, 22, 66, 68, 69, 73, 74, 76, 78, 88, 89, 90, 91, 97, 99, 100, 148, 149, 151, 156, 183

L

Leitor 29, 177, 178, 179, 180, 181, 182

P

Pedagogia 8, 27, 64, 65, 69, 70, 71, 75, 76, 77, 98, 100, 104, 108, 127, 135, 136, 139, 140, 144, 151, 167, 174, 184, 213, 219, 221

Pedagogo 234, 239, 240, 243, 244

Política educacional 116, 121, 237

Prática 1, 2, 5, 6, 7, 8, 23, 24, 30, 64, 67, 70, 72, 74, 75, 78, 82, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 109, 111, 112, 113, 117, 118, 124, 125, 127, 128, 130, 132, 135, 136, 137, 143, 144, 155, 158, 163, 173, 178, 179, 184, 193, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 204, 205, 206, 207, 210, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 229, 236, 240, 241, 242

Prática pedagógica 2, 5, 6, 64, 72, 88, 89, 91, 92, 94, 99, 100, 117, 206, 210, 216, 217, 241

Práxis 86, 214, 216, 217, 220, 221

Professor 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 17, 18, 21, 22, 24, 66, 73, 90, 99, 101, 103, 104, 105, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 154, 155, 161, 163, 175, 182, 205, 206, 207, 208, 210, 215, 217, 219, 220, 221, 234, 236, 237, 240, 243, 245

Q

Quilombola 146, 147, 148, 151, 153, 154, 156, 157

R

Racionalidade técnica 234, 239

Religião 15, 22, 128, 132, 148

S

Saberes 3, 66, 69, 85, 89, 91, 95, 98, 100, 107, 109, 115, 127, 146, 147, 149, 150, 153, 154, 199, 221

Satisfação 53

Serviço social 78, 79, 82, 86, 87

Sexualidade 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27

Supervisão 81, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 96, 97, 99, 104, 120, 140, 194, 234, 235, 236, 237, 238, 244

T

Teoria 7, 8, 53, 67, 78, 88, 89, 90, 91, 92, 98, 113, 115, 124, 127, 130, 135, 137, 144, 154, 184, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224

Trabalho 6, 9, 18, 19, 20, 23, 30, 41, 64, 65, 66, 68, 70, 71, 72, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 144, 147, 152, 154, 159, 160, 165, 167, 178, 180, 182, 195, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 219, 225, 226, 227, 228, 230, 231, 234, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 243

Transformação 6, 15, 75, 81, 84, 103, 124, 126, 130, 138, 148, 155, 190, 192, 202, 203, 206, 216, 237, 240, 241, 243

U

Universidade 1, 26, 41, 53, 62, 64, 66, 78, 99, 102, 108, 116, 135, 136, 139, 146, 159, 169, 170, 175, 176, 209, 214, 215, 218, 219, 222, 223, 231, 232, 234, 239, 245

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Políticas Públicas na Educação e a Construção do Pacto Social e da Sociabilidade Humana

3


Ano 2021

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Políticas Públicas na Educação e a Construção do Pacto Social e da Sociabilidade Humana

3


Ano 2021